

SISTEMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DO TURISMO

Mariana Pereira Chaves Pimentel*

Resumo

Este ensaio propõe a análise do entendimento sobre o turismo e a identificação de princípios fundamentais e desejáveis ao turismo a partir deles. Tal sistematização resulta na proposição de um entendimento do turismo como domínio único de estudos, de contornos definidos pela delimitação de seus elementos constituintes, dentre os quais elementos da indústria turística, da experiência do turista, da ciência do turismo e de valores desejáveis ao turismo. Conclui-se que a disciplina do turismo pode ser definida como o estudo dos deslocamentos, movimentos ou viagens de pessoas que envolvem alguma motivação turística, não exclusiva, e o despendimento de tempo e dinheiro, parcial ou exclusivamente, em estabelecimentos, serviços ou produtos da indústria turística.

Palavras Chave: Ciência. Disciplina. Turismo. Turismologia.

SYSTEMATIZATION OF TOURISM DISCIPLINE

Abstract

This essay proposes the analysis of understanding on tourism and the identification of fundamental and desirable principles for tourism from them. Such systematization results in the proposition of an understanding of tourism as a single domain of studies, outlined by the delineation of its constituent elements, among which are elements of the tourist industry, tourism experience, tourism science and values desirable to tourism. It is concluded that the discipline of tourism can be defined as the study of the movements, movements or trips of people that involve some tourism motivation, not exclusive, and the time and money, partially or exclusively, in establishments, services or products of the tourism industry.

Keywords: Cience. Discipline. Tourism. Turismology.

SISTEMATIZACIÓN DE LA DISCIPLINA DEL TURISMO

Resumen

Este ensayo propone el análisis del entendimiento sobre el turismo y la identificación de principios fundamentales y deseables al turismo a partir de ellos. Esta sistematización resulta en la proposición de un entendimiento del turismo como dominio único de estudios, de contornos definidos por la delimitación de sus elementos constituyentes, entre los cuales elementos de la industria turística, de la experiencia del turista, de la ciencia del turismo y de valores deseables al turismo. Se concluye que la disciplina del turismo puede definirse como el estudio de los desplazamientos, movimientos o viajes de personas que involucran alguna motivación turística, no exclusiva, y el gasto de tiempo y dinero, parcial o exclusivamente, en establecimientos, servicios o productos de la sociedad industria turística.

Palabras Clave: Ciencia. Disciplina. Turismo. Turismologia.



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações/ 4.0 / Internacional

* Doutora em Ciências Sociais - Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF (2016). Mestre em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG (2011). Bacharel em Turismo / UFMG (2006). Professora e pesquisadora da UFJF, dos bacharelados em Turismo e Ciências Humanas. Vice-líder do Observatório Económico e Social do Turismo / OEST e membro do Centro Latino Americano de Turismologia / CELAT. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Turismo. R. José Lourenço Kelmer, Campus Universitário, CEP: 36036-330, Juiz de Fora/MG, Brasil. [marianachaves82@yahoo.com.br]

1 INTRODUÇÃO

Desde a expansão do capitalismo, do desenvolvimento das tecnologias, da divisão social e internacional do trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre, quando o turismo se tornou uma prática social e um novo setor da economia mundial, a partir da segunda metade do século XX (ARAUJO; GELBCKE, 2008), teve início o debate sobre como interpretar o turismo. À medida que se fazem notar seus impactos, o turismo ganha relevância social, atenção pública e interesse acadêmico, e vem desde então reivindicando validade científica.

O campo de estudos em turismo apresenta grande crescimento desde os anos 1990, porém alguns autores afirmam que muitas lacunas teóricas ainda não foram resolvidas (GOELDNER, 2005; REJOWSKI, 2010). Por essa razão, este ensaio expressa a inquietação com a escassez de reflexões teóricas acerca do turismo, especialmente no Brasil, e tem como objetivo a compreensão das principais discussões sobre o desenvolvimento do turismo enquanto objeto de conhecimento e a proposição de uma interpretação do turismo em sua totalidade.

Para isso, utiliza-se como método o modelo usado por Guerreiro Ramos (1981) para definir o fato administrativo partindo da discussão durkheimiana sobre o fato social¹. O modelo de Guerreiro Ramos sintetiza os elementos e relações que compõem um referido fato para sinalizar o que se considera ser o fato total. A totalidade do fato se apresenta, pois, quando se demonstra que cada elemento do fato não o explica isoladamente, mas apenas quando se busca analisar o conjunto. Assim, a apreensão do turismo em sua totalidade deve identificar seus elementos constituintes essenciais, mesmo a partir de suas diferentes perspectivas de análise. Então, este ensaio se propõe discutir as noções usuais de turismo e suas abordagens centrais, a partir das quais seja possível apreender as características e relações essenciais ao turismo, sistematizando os conhecimentos usualmente tratados em um único campo de estudos, a disciplina do turismo.

Além desta introdução, o artigo discorre na seção seguinte sobre o turismo como objeto do conhecimento. Na terceira seção apresento uma recapitulação histórica do processo de sistematização da disciplina do turismo. A quarta seção reliaza um esforço de síntese numa proposta integradora e com potencial de ampliação da

discussão, o que é seguido das considerações e possíveis implicações desta proposta.

2 TURISMO COMO OBJETO DE CONHECIMENTO

O desenvolvimento do turismo enquanto objeto de conhecimento é atravessado por influências de diferentes disciplinas e paradigmas, tendências econômicas e sociais, e mudanças no próprio campo do turismo. Os primeiros trabalhos que tomaram o turismo para estudo, elaborados pela primeira geração de pesquisadores do tema nos anos 60 e 70, envolveram economistas, antropólogos, sociólogos e geógrafos que lançaram as bases para o desenvolvimento do turismo como campo de investigação multidisciplinar. Esse florescimento enquanto campo de investigação surgiu como tentativa de entender e explicar o crescimento fenomenal do turismo a partir da segunda metade do século XX.

As perspectivas sociológica e antropológica foram bastante significativas no campo até os anos 1980 e 90, tendo perdido destaque para outras abordagens a partir de então. Na década de 1990, uma onda de mudanças ocorreu e abordagens gerencialistas passaram a dominar o turismo filosófica e institucionalmente (REN, PRITCHARD, MORGAN, 2010). Esses estudos incluíam temas como o marketing turístico, planejamento estratégico e a gestão do turismo. Essa mudança foi resultado da ampliação deste enfoque em outros setores, ao aumento da demanda e da oferta do turismo de massas, bem como do decréscimo da lucratividade empresarial naquele momento.

A partir dos anos noventa, se gestam ainda novas temáticas, como a consciência ambiental e as mudanças climáticas, as quais terão impacto sobre a comunidade acadêmica do turismo que então fará surgir uma corrente orientada para a sustentabilidade em diversos âmbitos, econômico, social e obviamente ambiental. Surge a preocupação com a sustentabilidade dos destinos turísticos, sua competitividade, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e a conservação ambiental para as gerações futuras.

A maioria das pesquisas historiográficas do turismo sugerem que imperativos científicos positivistas sempre dominaram o conhecimento produzido no campo, que atualmente se sustenta por valores liberais de *performatividade*, consumismo e rentabilidade (REN, PRITCHARD, MORGAN, 2010; TRIBE, 2006, 2008).

exerce sobre o indivíduo. Assim, exterioridade e coerção compõem a essência do fato social. Entede-se que, de modo semelhante, na modernidade o turismo impõe-se como necessidade humana, e passa a ter existência própria, agindo sobre as consciências e ações individuais sob a forma de uma coação exterior coletivamente exercida sobre o indivíduo. Porém, essa discussão não cabe no escopo deste artigo.

¹ “É um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior; ou ainda, que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 1978:92-3). Para Durkheim, as características distintivas do fato social são a sua exterioridade em relação às consciências individuais e a ação coercitiva que ele

Isto se deve em grande parte à localização de muitos pesquisadores do turismo nas escolas de negócios, os quais recentemente têm sido criticados com dureza pela dificuldade em promover investigações que abordem questões sociais e políticas fundamentais, e por estarem tecnicamente orientados para a resolução de problemas de micro escala. Assim, muitos pesquisadores do turismo, numericamente poucos em relação à coletividade acadêmica onde os “interesses do conhecimento” técnico e instrumental dominam (HABERMAS, 1987), têm pouca margem para produzir e publicar estudos em perspectiva alternativa (REN; PRITCHARD; MORGAN, 2010).

É sabido que o pesquisador ativamente molda a pesquisa por suas escolhas ontológicas, epistemológicas e metodológicas, e por isso o conhecimento que produz é histórico, institucional e subjetivamente construído. Esse conhecimento, uma vez elaborado, é submetido a revisão pelos pares, que irão tecer suas considerações e críticas, contribuindo assim para o desenvolvimento teórico do campo.

Os pesquisadores do turismo, contudo, apesar de se envolverem cada vez mais com abordagens plurais, raramente sujeitam ao escrutínio as hierarquias que servem como guardiãs acadêmicas do campo. Os principais pesquisadores do campo têm tradicionalmente sido do sexo masculino, estudiosos de primeira geração, ocidentais, fundamentados na tradição de pesquisa anglocêntrica e locados em departamentos de negócios, geografia ou, no caso dos Estados Unidos, recreação. Mais de três quartos dos editores das revistas científicas dedicadas ao turismo estão baseados nos EUA, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Canadá, enquanto as publicações dessas revistas são igualmente dominadas por instituições desses países (REN, PRITCHARD, MORGAN, 2010).

Esta constatação afeta tanto a acessibilidade de novos pesquisadores ao campo como a renovação do conhecimento nele produzido. A fim de obterem acesso e serem reconhecidos como parte da comunidade científica, os pesquisadores, e as pesquisas, podem estar sendo estimulados a conformarem-se às questões que estão no centro da disciplina (REN; PRITCHARD; MORGAN, 2010).

Tribe (2010), apesar de reconhecer a relevância das ciências sociais e gerenciais no campo do turismo, ressalta o surgimento de outras áreas, como o turismo sustentável e os estudos críticos do turismo. Estes últimos desenvolveram-se a medida que os estudiosos das segunda e terceira gerações se envolveram com estudos críticos nos anos 1990 e com os desafios de criar uma vida mais sustentável, equitativa e segura (ATELJEVIC; PRITCHARD; MORGAN, 2007), preocupações que passavam a tomar amplo alcance no

período em diversas disciplinas e em várias partes do mundo.

O campo de pesquisa em turismo é hoje caracterizado por um espantoso crescimento e fragmentação. Houve uma explosão do número de cursos de graduação e pós-graduação relacionados com o turismo. Para Tribe (2008), a área de educação em turismo, tanto em níveis técnico e tecnológico quanto em nível superior – e sobretudo neste – vem apresentando cada vez mais importância e atraindo um maior corpo de pesquisa.

Para se ter ideia da relevância e extensão que vem adquirindo tal área, o número de periódicos nos temas do turismo e das viagens cresceu de uma dúzia na década de 70 para cerca de 150 títulos no início dos anos 2000, e 60% de todas as revistas dedicadas ao turismo foram estabelecidas após 2000 (ATELJEVIC; PEETERS, 2006). Ademais, a quantidade de artigos publicados sobre formação profissional em turismo tem aumentado significativamente nas últimas décadas, passando de 51 trabalhos na década de 1980 para 256 na década de 1990, no *Annals of Tourism Research*, um dos periódicos mais conceituados mundialmente na área de turismo (TRIBE, 2008).

No entanto, apesar deste crescimento, Goeldner (2005), refletindo sobre o papel dos periódicos na produção de conhecimento do turismo, argumenta que pesquisadores e editores de revistas de turismo não têm conseguido resolver a lacuna teórica dentro dos estudos do turismo. Ele observa como os pesquisadores têm até agora favorecido estudos empíricos estreitos em detrimento da construção de conceitos e teorias (2005, p. 49).

Por outro lado, sempre houve também uma corrente de trabalho na investigação em turismo que se envolveu com a teoria crítica (BOTTERILL, 2003; TRIBE, 2007; 2008), mas somente a partir dos anos 2000 ela entrou em evidência (BIANCHI, 2009; HIGGINS-DESBIOLLES, 2006). Para Tribe (2007), a liberdade pós-modernista desarmou o poder dos paradigmas dominantes em muitas ciências, e não foi diferente com o turismo. Neste contexto, uma nova revista científica foi lançada, a *Tourist Studies*, com o intuito de promover uma plataforma para o desenvolvimento de perspectivas críticas acerca da natureza do turismo como fenômeno social. Muitos foram os temas abordados pelos estudiosos críticos do turismo.

De sua parte, Moesch (2004) estabelece uma crítica ao domínio conceitual, aos métodos e fundamentos utilizados no ensino do turismo como um campo disciplinar, isto é, no que se refere ao viés empirista, funcionalista e sistêmico. Hollinshead (1998) convoca os pesquisadores do turismo a considerar o que sistematicamente e repetidamente é privilegiado na

representação do turismo e o que é sistematicamente negado e desconsiderado.

No Brasil, os estudos sobre a produção científica em turismo começaram a ser realizados na década de 1990 com o desenvolvimento de duas pesquisas de Mirian Rejowski, sua tese de doutoramento em 1993 e de pós-doutoramento em 1997. A primeira enfocou inicialmente a evolução, natureza e sistematização da pesquisa científica em turismo no país. A segunda aprofundou a análise temática e metodológica dos trabalhos. Como resultados têm-se que as principais áreas produtoras de conhecimento turístico eram a comunicação, a administração e a geografia. Em relação às temáticas, eram principalmente planejamento e marketing turístico, desenvolvimento local e regional, e a relação espaço e turismo. A maior parte da pesquisa é exploratória, mas a autora já notava um crescimento de pesquisas descritivas e explicativas.

O estudo da produção científica em turismo teve continuidade nos níveis de graduação, mestrado e doutorado, e tem sido divulgado em periódicos e eventos científicos. A revisão empreendida pela autora permitiu notar a diversificação de objetos de estudo da produção científica em Turismo no Brasil, mas também que são raros os estudos a integrar diferentes áreas de conhecimento, e que os avanços teóricos e metodológicos observados no exterior, por sua vez, não se repetiram nas pesquisas brasileiras (REJOWSKI, 2010).

3 SISTEMATIZAÇÃO DA DISCIPLINA DO TURISMO

Williams e Shaw (1988, p. 2) já observavam que “a definição de turismo é uma empreitada particularmente árdua”, mas também, como eles mesmos reconheceram, “crucialmente importante”. Inicialmente, não há uma definição universalmente aceita de turismo. Os vários conceitos, definições e descrições do turismo são característicos da natureza multidisciplinar do objeto.

O termo turismo, porém, carrega um duplo sentido que lhe confere uma aparente imprecisão, mas que, de fato, reflete suas perspectivas ao mesmo tempo distintas e complementares, isto é, o turismo como uma prática identificada pelas motivações e experiências do sujeito, e como a indústria de serviços facilitadores dessa prática.

Nesse sentido, entende-se que a compreensão da essência do turismo encontra-se na combinação de ambas as perspectivas, o turismo enquanto prática e indústria. Considera-se que a busca dessa combinação deve superar as limitações e confusões de cada uma das perspectivas. Com esse intuito, foram analisadas diferentes definições do fenômeno, tomando-se as trajetórias conceituais sugeridas por Gilbert (1990) e

Panosso Neto (2009) para a identificação de princípios comuns definidores do turismo.

Segundo Gilbert (1990), o Dicionário Webster (GILBERT, 1990, p. 47) aponta que o termo turista é derivado da palavra *tour*, significando “uma jornada na qual se retorna ao ponto de partida; uma viagem circular usualmente para negócios, lazer ou educação durante a qual vários lugares são visitados e para a qual um itinerário normalmente é planejado”. Essa definição apresenta uma série de motivações para as viagens, cada uma das quais permite criar diferentes mercados. Muitas definições então irão dar ênfase ao turista como uma unidade de despesa, menos que como sujeito reflexivo.

As primeiras definições davam poucas indicações quanto a natureza do turismo ou do por que as pessoas viajam (REJOWSKI, 2002). Tampouco entre os países havia consenso sobre o que o turismo envolve. De acordo com Gilbert (1990, p. 48), em 1910 o economista australiano Von Schullard definiu o turismo como “a soma total das operações, principalmente de natureza econômica, diretamente relacionada com a entrada, permanência e movimento de visitantes dentro e fora de um país, cidade ou região”.

A busca por uma definição para fins internacionais levou aos especialistas da Liga das Nações a definirem, em 1937, o turista como quem viaja por um período de 24 horas ou mais por motivo de negócios, lazer, saúde ou família, em um país diferente daquele do local usual de residência. Essas definições, como se vê, dão ênfase ao turismo internacional em detrimento do turismo doméstico. Além disso, enfatizam aspectos operacionais como a estadia em equipamentos turísticos (meios de hospedagem comerciais), provavelmente em função da facilidade e comodidade em termos de coleta de dados e elaboração de estatísticas.

Durante os 30 anos seguintes esse entendimento não se altera substancialmente. Até que em 1963 é elaborada durante a Conferência das Nações Unidas a definição mais amplamente usada e reconhecida, que será posteriormente adotada pela Organização Mundial do Turismo. Surge o termo visitante, subdividido nas categorias de turista e excursionista. Turista para aqueles em estadia com pernoite, e excursionista para aqueles em visita sem pernoite. O visitante era qualquer pessoa visitando um país que não seja seu local usual de residência, por qualquer razão que não seja uma ocupação remunerada no país visitado. O turista internacional era o visitante temporário que permanece ao menos vinte e quatro horas no país visitado e que tem como propósito de viagem o lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte) ou negócios (família, encontros).

Se por um lado a adoção de definições similares pelas nações permitiu a comparação entre países e regiões, por outro criou um entendimento do turismo ligado às trocas econômicas, em que são privilegiados os benefícios em detrimento dos custos do turismo. A ênfase então recai sobre os aspectos objetivos e mensuráveis do turismo, enquanto aspectos subjetivos são preteridos. Assim, essa definição tem utilidade estatística, legislativa ou comercial, mas é insatisfatória para a maior parte dos trabalhos sociológicos. Além disso, é voltada para uma das faces do turismo que é o turismo internacional, sendo pouco útil para definir o turismo interno e as práticas de turismo sem pernoite.

Hunziker e Krapf² se propuseram lançar uma nova abordagem entre a prática humana e a atividade econômica. Eles definiram o turismo como “a totalidade das relações e fenômenos ligados à estadia de estrangeiros em uma localidade, desde que não exerçam uma atividade principal, permanente ou temporariamente remunerada” (HUNZIJER; KRAPP, 1942, p. 50-51). Porém, essa definição não altera substancialmente a de Schullard. Mais uma vez, essa conceitualização reforça a necessidade de pernoite no destino, excluindo-se assim as viagens de curto prazo sem utilização de meios de hospedagem. Ainda, ao assumir um viés subjetivista, não incorpora os aspectos objetivos úteis para finalidades de mensuração e estatística.

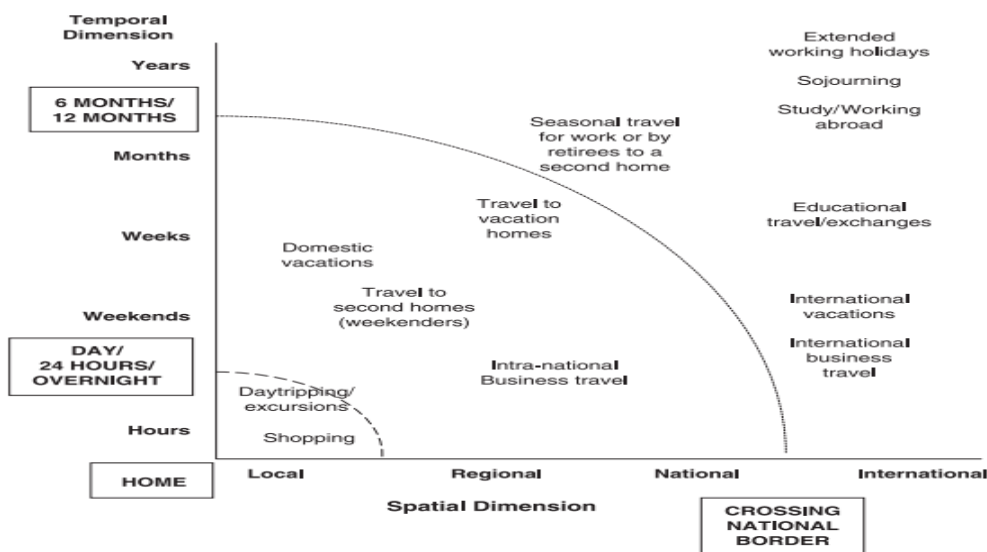
Burkart e Medlik (1974), por sua vez, argumenta Gilbert (1990), defendiam que poderia ser útil distinguir entre os aspectos técnicos e conceituais das definições de turismo. Seu intuito era estabelecer os limites que

definiram as características particulares do turismo e o distinguiram enquanto domínio de estudo. Baseado nessa ideia, em 1979 a Sociedade Britânica de Turismo definiu que o “turismo inclui qualquer atividade relativa com o movimento de pessoas temporário e de curto prazo para destinações fora dos locais usuais de residência e trabalho, e as atividades durante a estadia nessas destinações” (GILBERT, 1990, p. 51).

Nesta definição pode-se identificar a inclusão das atividades envolvidas na estadia ou visita às destinações, não se percebe a exigência de estadia com pernoite ou a insistência com as viagens internacionais, o que permite sua aplicação para as visitas domésticas e de um dia. Por outro lado, essa definição não é, contudo, consensual. Outras apresentam maior preocupação com a distância ou o tempo de permanência, como o Bureau Australiano da Indústria Econômica, que em 1979 definiu o turista como “uma pessoa visitando um local ao menos 40 km distante de seu local habitual de residência, por um período de no mínimo 24 horas e não excedendo 12 meses” (GILBERT, 1990, p. 52).

A Figura 1 fornece uma representação bidimensional de alguns dos conceitos-chave da mobilidade humana turística no espaço e no tempo. A figura ilustra os pontos críticos de tempo para propósitos conceituais, segundo os quais permanecer por 24 horas ou pernoitar fora de casa é geralmente um critério usado para diferenciar entre excursionismo e turismo (OMT, 1991).

Figura 1: Mobilidade temporária no espaço e no tempo.



Fonte: Reproduzido de Hall (2000).

² Hunziker, W., Krapf, K. (1942).

Dependendo da jurisdição, o tempo é também utilizado para diferenciar migração e turismo. Em alguns países, o tempo máximo de permanência do turista no destino é de seis meses enquanto que em outros é de 12 meses. Contudo, o turismo tem sido historicamente classificado principalmente pela dimensão espacial. Por exemplo, a passagem de uma fronteira nacional separa o turismo doméstico do internacional, assim como separa a migração doméstica da internacional. Limites espaciais também são utilizados como o determinante de regionais e estatísticas locais turísticas. A Comissão de Turismo da Austrália Ocidental (WTTC) (1997), por exemplo, estimou que, em 1996, mais de dez milhões de excursões de até 1 dia foram empreendidas na Austrália Ocidental (GILBERT, 1990).

Outras formulações, ainda, por sua intenção de descrever a prática, não circunscrevem suas análises a critérios espaciais ou temporais, o que inviabiliza a definição para fins de mensuração, como a definição adotada pela Associação Internacional dos Especialistas e Pesquisadores em Turismo – AIEST, de Hunziker e Kraft (1942), para a qual o turismo é o conjunto das inter-relações e fenômenos ocasionados pelas pessoas viajando para, e parando em, lugares nos quais não mantém residência permanente ou vínculo de trabalho.

Abordagens holísticas tentaram incorporar outras dimensões ao conceito e incluir aspectos subjetivos da prática, como as necessidades e impactos dos turistas sobre o ambiente receptor, como em Jafari (1997, p. 8): “turismo é o estudo do homem distante de seu habitat usual, da indústria que responde às suas necessidades, e dos impactos que ambos, o homem e a indústria, provocam sobre os ambientes sociocultural, econômico e físico receptores”.

Outra abordagem alternativa foi forjada por Michel Hoerner e Caterine Sicart (2003) onde se defende a pertinência de se considerar as viagens e a indústria do turismo para definir os rumos de uma ciência social própria, a *turismologia*, como a síntese de uma ciência social multidisciplinar e uma ciência aplicada.

A divergência principal com a OMT deve-se a este organismo considerar os atores envolvidos no turismo na sua capacidade oficial, enquanto os autores consideram que é a indústria do turismo que oferece suporte ao turismo. As duas definições são ajustáveis. A OMT considera o turista como o ator principal da indústria do turismo. E consideramos a indústria do turismo sem negligenciar a qualidade do turista ou seu *status*.

Na visão dos autores, as diferenças nas definições estão nas restrições qualitativas. Por um lado a OMT desconsidera os consumidores da indústria do turismo que não tem *status* de turista, em

particular os que frequentam os estabelecimentos como um “ambiente habitual”. Por outro lado, nós desconsideramos o viajante individual que usa os estabelecimentos turísticos marginalmente. Isso traz duas consequências. A primeira, diz respeito aos resultados da OMT ao negligenciar turistas locais de centros turísticos próximos às áreas urbanas. A segunda, explica nossa oposição voluntária entre viajantes e turistas do ponto de vista socioeconômico.

Esta divergência não impede de destacar a atividade turística no *corpus* da definição da OMT e seu desejo por mostrar o peso econômico e social do turismo. Não eliminaram-se as atividades da indústria do turismo, mas é preciso determinar o objetivo central dos campos norteadores da indústria do turismo, da indústria de viagens, da indústria hoteleira e das indústrias integradas, como as companhias aéreas.

Propõe-se este problema já que os cientistas estão atados aos conceitos do turismo e não a uma estrutura de todas as ciências sociais, que as usam para um campo de estudo. Nossas reflexões não são apenas geopolíticas e filosóficas, mas uma tentativa de integrar a uma percepção estrutural. Este é o objetivo da ciência do turismo, ou turismologia, a afirmação de seus próprios conceitos e buscar uma metodologia mais aplicada que teórica.

Como fruto de uma discussão institucionalmente levada a cabo em 2001 no Fórum da Associação Mundial para a Formação em Hotelaria e Turismo (AMFORTH), em Marrakesh, se gerou uma declaração que define a *turismologia* como uma ciência multidisciplinar, que tem o objetivo de estudar as viagens na estrutura da indústria do turismo.

É necessário que os pesquisadores do turismo tenham sua própria ciência, para que seus resultados possam ser avaliados, e assim seja possível corrigir os conceitos que isoladamente são suscetíveis de adequação.” Quando vincula-se a uma ciência precisa tem-se a base para toda epistemologia, que pode sofrer crítica do meio externo, mas ser mudada somente a partir do meio interno. [...] Esta nova ciência do turismo deve ser nomeada “turismologia” e não “turistologia” [...]. De fato, o turismo em geral interessa mais que o turista. Portanto, discordamos com a OMT que usa conceitos e definições que percorrem os “visitantes” em detrimento da indústria do turismo. [...] A turismologia é o estudo das viagens ou deslocamentos de pessoas, chamados de turistas, dentro de um amplo sentido do termo, que gastam dinheiro em um estabelecimento da indústria turística. É considerada uma ciência humana pluridisciplinar de síntese, mais aplicada que fundamentada. [...] O termo “ciências sociais” foi usado no sentido global da

definição americana de *Social Science*. O aspecto multidisciplinar da turismologia permite a integração com trabalhos de outras ciências humanas e sociais, mesmo que se queira diferenciá-los. (HOERNER; SICART, 2003)

Seus métodos estão situados junto às ciências sociais, e o que os franceses chamam de ciências humanas, assim como no desenvolvimento de ferramentas e conceitos específicos. A proposta da turismologia é elevar o nível de treinamento profissional na indústria hoteleira e do turismo, para dar autonomia a pesquisa, já que é ativa, para otimizar as ferramentas de trabalho dos profissionais do turismo e para levar o ramo do turismo a um corpus de conhecimento científico.

O debate sobre o turismo enquanto indústria também é frutífero para seu entendimento, e há uma contínua discussão sobre se, e quando, o turismo se constitui numa indústria. Enquanto alguns creem que o turismo é um mercado de pessoas em movimento mais que uma indústria (LICKORISH, 1991), outros aceitam que o turismo é uma indústria, pois se um produto, tangível ou intangível, que serve para satisfazer uma necessidade humana, é considerado um produto industrial, e se existe um vínculo entre produtos unitários de várias firmas que caracteriza sua função geral e determina seu lugar na vida econômica, ele também deve ser considerado um produto industrial (WAHAB, 1975).

Mas o que torna o turismo tão difícil de definir é a amplitude de sua natureza prática como dos serviços de apoio. O turismo envolve várias outras indústrias como companhias aéreas, ferroviárias, marítimas, hoteleiras, alimentícias, de entretenimento. Também envolve a organização, venda e operação das viagens, passeios e atrações, assim como uma gama de serviços públicos. Como definiu Young (1973), é um grupo heterogêneo que envolve uma larga variedade de setores e indústrias que têm como função comum o atendimento das necessidades dos viajantes, o que dificulta o reconhecimento de uma forma que conecte ordenadamente esses componentes.

Por ser uma atividade que implica um conjunto de elementos, mas que não se resume a nenhum deles, e sim resulta das relações entre eles, a partir da década de 1970 a perspectiva do turismo como sistema é impulsionada por investigadores e periódicos acadêmicos, e se tornará o paradigma dominante de análise do fenômeno.

Panosso Netto (2009) reconstrói o panorama histórico das abordagens epistemológicas do turismo

tomando como referência a visão dominante do turismo como sistema³. Para ele, uma abordagem pré-paradigmática compõe-se pelos primeiros autores que se dedicaram a analisar teoricamente o turismo, como Fuster (1971), Hunziker e Krapf (1942) e Burkart e Medlik (1974), anteriores à análise sistêmica do turismo. Na segunda abordagem predomina o paradigma da Teoria Geral dos Sistemas, que tem como representantes Leiper (1979), Boullón (1999) e Beni (1988). Essa visão adquire grande difusão, alcance e utilização na área, e ainda é considerada por muitos a melhor maneira de explicar a dinâmica do turismo, apesar das limitações. Sob esse prisma, para Cooper *et al* (1993, p.4) o turismo pode ser entendido como o conjunto de indivíduos, negócios, organizações e lugares que se combinam de modo a possibilitar uma experiência de viagem”.

Outros, contudo, consideram necessária a proposição de novas formas de análise do turismo que busquem superar o paradigma sistêmico seja reformulando-o, como Krippendorf (1985, 1989) e Molina (1995), ou buscando novas perspectivas, como Jafari (1997), Tribe (1997, 2006) e Urry (1996), que se utilizam de fundamentos micro sociológicos.

Para Jafari (1997, p. 5), o “turismo é o estudo do homem (o turista) longe de seu local habitual de residência, das redes e serviços turísticos, dos mundos cotidiano (não-turístico) e não-cotidiano (turístico) e das relações dialéticas entre eles”. Já Tribe (1997, p. 640) define o turismo como

“uma atividade exercida por seres humanos e pelo mínimo de recursos que precisam existir para que se possa dizer que houve o ato de viajar de um lugar para outro, um conjunto particular de motivos para se engajar nessa viagem (excluindo-se viagens pendulares para trabalho), e o engajamento em atividades no destino”.

Essas novas perspectivas vão incorporar a partir dos anos 1990 diferentes temáticas, como os estudos preocupados com a sustentabilidade do turismo nos âmbitos ambiental, econômico e social, e as análises que buscam situar o setor de serviços e o turismo no contexto pós-moderno do final do século XX, e compreender os problemas que permeiam a sociedade atual diante das novas tecnologias, do mundo do trabalho, das mudanças na educação e das novas concepções de tempo e espaço, e como se relacionam com o turismo convencional ou de massa. Nesse sentido, Trigo (1998, p. 65) considera que o

conjuntos: conjunto de relações ambientais, conjunto de relação estrutural e conjunto de ações operacionais (BENI, 1988).

³ O sistema turístico é considerado um sistema aberto que realiza trocas com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, e não autossuficiente. É composto por três

turismo e o lazer se tornam elementos fundamentais no estabelecimento de novos modelos sociais, já que “a condição pós-moderna induz a um novo estilo de vida baseado no conforto e no bem-estar”.

Panosso Neto (2009) elabora sua definição utilizando-se de ‘princípios fundamentais e desejáveis’, sendo fundamentais os princípios inerentes ao turismo, dentre eles o sujeito, deslocamento, retorno, motivação, hospitalidade, experiência, comunicação e tecnologia; e desejáveis aqueles que não estão necessariamente presentes no desempenho da atividade, dentre os quais a sustentabilidade, igualdade, supremacia do público sobre o privado, alteridade e ética. Somando-se tais princípios, tem-se que:

“O turismo é um fenômeno causado pela partida e retorno de serem humanos de seu local habitual de residência, por razões que podem ser reveladas ou ocultas. Pressupõe hospitalidade, encontros e comunicação com outras pessoas além de empresas que oferecem serviços e tecnologias pelos quais os atos de ir e vir são possíveis. Gera experiências sensoriais e psicológicas bem como efeitos positivos e negativos nos ambientes econômico, político e sociocultural” (PANOSSO NETO, 2009, p. 59).

A reconstituição panorâmica das definições de turismo apresentada, na medida em que demonstra a fragmentação e as divergências conceituais, possibilita a identificação de princípios essenciais ao turismo fundamentais para a construção de um novo entendimento, mais abrangente, por tentar apresentar o turismo como um único domínio de estudo e conciliar aspectos presentes em diferentes abordagens, conceituais, subjetivas, objetivas e ideais.

O Quadro 1 abaixo traz a proposição do turismo como um domínio único de estudo, a partir da síntese de princípios fundamentais e desejáveis. Dentre os fundamentais, estão aqueles relativos à experiência dos turistas, à indústria de suprimento de bens e serviços, e à própria ciência do turismo. Dentre os desejáveis, encontram-se aqueles que não são inerentes ao turismo, mas que o próprio desenvolvimento teórico e empírico do turismo fizeram emergir como discussões e medidas fundamentais tendo em vista as consequências da prática turística em diferentes ambientes, natural, cultural, econômico, social, etc.

Quadro 1: O turismo como um único domínio de estudo.

TURISMO COMO UM ÚNICO DOMÍNIO DE ESTUDO				
Princípios Fundamentais				Princípios Desejáveis
Turismo como ciência	Turismo como experiência	Interseção	Turismo como indústria	Turismo como ideal
Viagem turística	Sujeito		Demanda	
	Motivação		Marketing	
	Experiência		Oferta	
Movimento		Espaço	Tecnologia	Endogeneidade
		Tempo		
		Informação	Cadeia de suprimentos	
		Hospitalidade		
		Impactos (econômicos, ambientais, socioculturais)		Sustentabilidade
	Relacionamentos (turista-turista, turista-não turista)	Relacionamentos (turista-anfitrião)	Serviços públicos	Governança (governo, comunidade anfitriã, empresas, organismos internacionais)
				Igualdade
				Responsabilidade
				Ética

Fonte: Elaboração própria.

4 POR UMA SÍNTESE E AMPLIAÇÃO

O entendimento do turismo como experiência individual ou prática social toma como objeto de análise o sujeito das viagens, o turista, e seu envolvimento em relações sociais e de poder com não-turistas, outros turistas, residentes e produtores do turismo. O turismo é visto como uma atividade de não-trabalho, produto do modo de viver contemporâneo. Por outro lado, pensado como indústria, o turismo caracteriza-se pela oferta de produtos e serviços para atendimento das necessidades dos consumidores-turistas.

Existem alguns aspectos que, por serem importantes tanto para a experiências do turista como para a produção do turismo, encontram-se na interseção entre essas abordagens, apesar de serem mais comumente tematizados pelas abordagens subjetivistas. A informação, o espaço e o tempo aparecem nas abordagens industriais do turismo quando a tecnologia reduz as percepções de distância e tempo e dispersa o acesso à informação, que facilitam o consumo e a oferta do turismo.

As categorias de espaço e tempo são especialmente relevantes para a definição do turismo, pois são normalmente utilizadas para diferenciar o turismo de outros movimentos humanos, como o nomadismo, o movimento pendular e a migração, por exemplo. Com relação ao tempo, considera-se que, ao se estipular o tempo máximo de duração da viagem em 6 ou 12 meses, excluem-se novas tipologias de viagens que se caracterizam por sua longa duração, como os *backpackers* por exemplo, viajantes que se caracterizam por organizar sua viagem de modo independente, flexível e econômico, visitando múltiplos

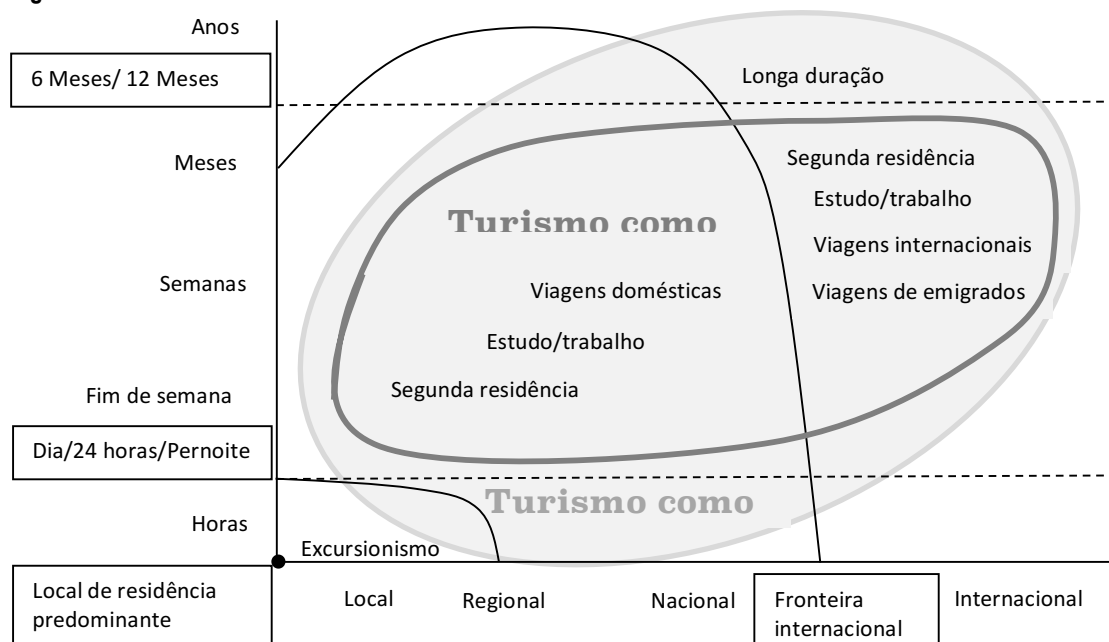
destinos em uma mesma e longa viagem (SORENSEN, 2003). De modo semelhante, a compressão espaço-temporal permitiu que as viagens se tornassem mais rápidas e, por isso, se tornassem por um lado mais regulares e por outro menos duradouradas. A viagem, que uma vez levou dois ou três dias para se realizar agora pode ser concluída em um dia. Além disso, a viagem física foi facilitada pela comunicação e tecnologia de informação, que tornaram o movimento ainda mais ágil. Nesse sentido, as viagens com duração menor que 24 horas são cada vez mais comuns (HALL; PAGE, 2000).

Essa mesma compressão espaço-temporal que tornou os espaços menos distantes entre si torna problemática a noção de “local habitual de residência”. Certas definições de turismo estipulam um distanciamento de 50 ou 100km a partir do local habitual de residência para que a viagem seja considerada turística. Inicialmente tinha-se a intenção de distinguir o ambiente cotidiano do extra-cotidiano, cabendo ao turismo as experiências que extrapolassem a esfera do cotidiano.

As viagens para segundas residências foram consideradas viagens turísticas, mas desde que se distinguíssem da residência usual. Contudo, não são poucos os casos de que as segundas residências se tornaram um hábito, nas quais indivíduos ou grupos permanecem uma parte do ano, semanas ou meses, todos os anos (MÜLLER 2002; 2004). Há ainda aqueles que dividem o ano entre as residências de inverno e verão, entre os hemisférios norte e sul.

Por essas razões, propõe-se uma reavaliação do modelo de Hall (2000), conforme a Figura 2.

Figura 2. Turismo como movimento humano.



Fonte: Pimentel (2016).

Pode-se perceber que a dimensão temporal da viagem tem finalidade de mensuração, mas ofusca o entendimento das práticas para fins de conceituação do fenômeno.

As abordagens industriais do turismo tendem a ressaltar os impactos positivos do turismo, enquanto que as análises mais subjetivistas discutem principalmente os impactos negativos sobre o local de destino e as relações turista-anfitrião. Entende-se por hospitalidade o ato de receptividade e cordialidade do anfitrião que afeta a experiência total do turista, mas para a indústria a hospitalidade deve agregar valor monetário ao produto turístico.

Já o turismo como ideal baseia-se numa crítica ao modelo de turismo tradicional, de alto impacto sócio-cultural e ambiental e baixa distribuição dos ganhos, e pretende a incorporação de valores como responsabilidade ambiental e justiça social ao turismo.

O turismo como ciência dedica-se ao desenvolvimento de análises, conceitos, explicações, ferramentas e técnicas, por meio de pesquisas teóricas ou aplicadas, para a construção de um *corpus* de conhecimentos científicos que contribua para a compreensão, intervenção e formação de profissionais para atuação em quaisquer dos domínios do turismo, ou seja, como experiência, indústria ou a própria ciência.

Defende-se aqui que a ciência do turismo deva dedicar-se ao estudo de duas categorias pouco discutidas pelos especialistas da área, o movimento, de modo mais geral, e a viagem. O movimento, sem o qual não há turismo, é de modo geral pouco discutido conceitualmente, a não ser com finalidades estatísticas. Algumas áreas de investigação sobre as mobilidades contemporâneas trataram de integrar o turismo a outros movimentos humanos, mas a área ainda tem dificuldade em reconhecer-se como uma forma de mobilidade voluntária.

Compreender os movimentos humanos requer a análise dos sujeitos, dos fluxos, da estrutura e dos entraves que condicionam esses movimentos. Por isso, compreender o turismo como movimento humano pressupõe a consideração de aspectos subjetivos, relativos ao sujeito em movimento, suas motivações e as experiências que o fazem desejar novas viagens; e também requer a consideração dos aspectos objetivos que estruturam, induzem ou limitam o movimento, através dos quais os sujeitos buscam ter suas necessidades atendidas.

A viagem, que no passado tinha outra conotação, pois nem sempre significava ida e volta, era um meio de conhecer e mapear o mundo, de atingir outros lugares e melhores condições de sobrevivência, hoje é uma maneira comum com que as pessoas ligam as suas vidas e consomem um mundo de lugares e

significados (LEED, 1991). Atualmente a viagem é uma opção, de livre escolha, oportunidade de demonstração de uma identidade, forma de acesso a um novo mundo material e imaterial, uma forma de distinção.

No rol das viagens humanas contemporâneas, o turismo tem sido caracterizado, de um lado, dentro de uma investigação baseada nas ciências sociais, por exemplo, nas relações turista-anfitrião, nas tipologias de turistas e nas motivações dos viajantes. De outro lado, estão aqueles trabalhos com uma forte orientação econômica e de gestão, cujo âmbito de investigações são a qualidade da hospitalidade, o grau de satisfação e o nível de organização e promoção dos destinos.

A viagem e o turismo não podem, contudo, ser entendidos em seu sentido estereotipado, visto que algumas formas de viagem e turismo derivadas de outras formas de movimento humano são únicas para os sujeitos que as praticam (turismo de diáspora, turismo em espaços de trânsito, turismo de rotina, etc.) (COLES; DUVAL; HALL, 2005). Assim, supõe-se que as novas formas de produção, consumo e significação do turismo são melhor entendidas em referência a suas ligações com outras formas de atividades no espectro mais amplo do movimento humano. Por isso, reconhecer a viagem turística no rol dos movimentos humanos requer uma primeiramente uma redefinição de turismo, que considere as diversas facetas do fenômeno e o contemple em sua totalidade.

Então, finalmente, o turismo como disciplina científica pode ser definida como o estudo dos movimentos ou viagens de pessoas que envolvem alguma motivação turística, não exclusiva, e o despendimento de tempo e dinheiro, parcial ou exclusivamente, em estabelecimentos, serviços ou produtos da indústria turística.

O modelo acima não se encerra em si mesmo, e não pretende esgotar a discussão sobre o turismo enquanto disciplina, entretanto, a sistematização proposta, ao estabelecer os conteúdos e o contorno da disciplina do turismo, visou contribuir para definição do objeto da disciplina do turismo e, assim, para a afirmação de seu espaço no conjunto das ciências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do desenvolvimento do turismo é, fundamentalmente, uma história ocidental predominantemente europeia, de elite e de caráter internacional. Tem geralmente como ponto de partida as viagens das elites gregas, mas é na Inglaterra que se apontarão as características definidoras do turismo

moderno, que mais tarde irão se disseminar enquanto prática de massa.

Já no final do século XX, a medida que os efeitos do crescimento do turismo se fazem notar, o fenômeno ganha relevância social, espaço nas agendas governamentais e validade acadêmica. Contudo, devido ao caráter multidisciplinar do turismo, diferentes influências e paradigmas de análise se debruçaram sobre esse campo de estudos buscando entendê-lo e defini-lo. De modo geral, duas abordagens predominaram, os estudos gerenciais e os sociológicos do turismo, os primeiros dedicados a análise do turismo como indústria, e últimos ao entendimento dessa prática social característica da modernidade.

O ensaio propõe então a análise dos entendimentos sobre o turismo e a identificação de princípios fundamentais e desejáveis ao turismo a partir deles. Tal sistematização resulta na proposição de um entendimento do turismo como domínio único de estudos, de contornos definidos pela delimitação de seus elementos constituintes, dentre os quais elementos da indústria turística, da experiência do turista, da ciência do turismo e de valores desejáveis ao turismo.

Conclui-se que a disciplina do turismo pode ser definida como o estudo dos deslocamentos, movimentos ou viagens de pessoas que envolvem alguma motivação turística, não exclusiva, e o despendimento de tempo e dinheiro, parcial ou exclusivamente, em estabelecimentos, serviços ou produtos da indústria turística.

Entende-se que uma conceitualização adequada deve compreender a totalidade do turismo, considerar as diversas perspectivas do turismo e incorporar práticas como as viagens de curta distância e curto prazo sem pernoite, as viagens de longa duração, novas formas de viagem e turismo, e viagens derivadas ou que derivam em outras formas de movimentos humanos, como movimentos pendulares de trabalho, segundas-residências ou viagens de rotina.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G.; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. *Turismo: Visão e Ação*, v. 10, n. 3, p. 357-377, 2008.
- ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. (Eds.). *The critical turn in tourism studies: Innovative research methods*. Oxford: Elsevier, pp. 29-40, 2007.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. Editora Senac, São Paulo, 1988.
- BIANCHI, R. Critical turn in tourism studies: a radical critique. *Tourism*

- Geographies*, v. 11, p. 427- 443, nov. 2009.
- BOTTERILL, D.; GALE, T. Postgraduate and Ph.D. Education. pp. In: AIREY, D.; TRIBE, J. *An International Handbook of Tourism Education*. 2005.
- BOULLÓN, R. *Planificación del Espacio Turístico*. México: Trillas, 1999.
- BURKART, A. J.; MEDLIK, S. *Tourism. Past, Present and Future*. London: Heinemann, 1974.
- COLES, T.; DUVAL, D.; HALL, C. Sobre el turismo y la movilidad en tiempos de movimiento y conjetura posdisciplinar. *Política y sociedad*, 42(2), 181-198, 2005.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Abril., 1978.
- FUSTER, L. F. *Teoría e técnica de turismo*. Madri: Nacional, vol. I, 2ª edição, 1971.
- GILBERT, D.C. (1990). Conceptual issues in the meaning of tourism. In: COOPER, C. P. (ed.), *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, Vol. 2. London: Pitman Publishing.
- GOELDNER, C. Reflections on the historic role of journals in shaping tourism knowledge. *Journal of Tourism Studies*. V. 16, Issue 2, 2005).
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. v. 2. Madrid: Taurue, 1987.
- HALL, C. *Tourism Planning. Policies, Processes and Relationships*, Harlow, Prentice Hall, 2000.
- HALL, C.; PAGE, S. *The Geography of Tourism and recreation: environment, place and space*. London: Routledge, 2000.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an "industry": The forgotten power of tourism as a social force. *Tourism Management*, n. 27, n. 6, pp. 1192-1208, 2006.
- HOERNER, J.-M.; SICART, C. *La science du tourisme: précis franco-anglais de tourismologie*, Baixas, Balzac Éditeur. 2003.
- HOLLINSHEAD, K. Tourism, hybridity, and ambiguity: the relevance of Bhabha's third space cultures. *Journal of Leisure Research*. v. 30, n. 1, pp. 121-156, 1998.
- HUNZIKER, W., KRAPP, K. *Grundriss der Allgemeinen Fremdenverkehrslehre* [The Outline of General Tourism Science]. Zürich: Polygraphischer Verlag, 1942.
- JAFARI, J. Editor's page. *Annals of Tourism Research*, 5 (Supplement issue 1), pp. 6-11, 1997.
- KRIPPENDORF J. *Sociologia do Turismo*. São Paulo. Editora Aleph, 1985.
- KRIPPENDORF J. *Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LEED, E. J. The mind of the traveler: from Gilgamesh to global tourism. Estados Unidos: Basic Books, 1991.
- LEIPER, N. The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist and the tourism industry. *Annals of Tourism Research*, vol. 4, nº6, pp.309-407, 1979.
- LICKORISH, L. J. (Ed.). *Developing Tourism Destinations*. Longman: Harlow, UK, 1991.

- MOESCH, M. Epistemologia social do turismo. Tese (Doutorado) – ECA/USP. São Paulo, 2004.
- MOLINA, S. *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph, 1995.
- MÜELLER, D. K. Reinventing the countryside: German second-home owners in southern Sweden. *Current Issues in Tourism*, 5, pp. 426-446, 2002.
- MÜLLER, D.K., 2004, Second homes in Sweden: patterns and issues. pp. 244-258. In: HALL, C.M.; MÜLLER, D.K. (Eds), *Tourism, Mobility and Second Homes: between elite landscape and common ground*. Clevedon: Channel View Publications, 2004.
- OMT - ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. Conferencia Internacional de Estadísticas de Turismo y Viajes. Canadá, 1991.
- PANOSSO NETO, A. What is tourism? Definitions, theoretical phases and principles. In: TRIBE, J. (Ed.) *Philosophical issues in Tourism*. Bristol, Buffalo, Toronto: Channel View Publications, 2009.
- PIMENTEL, M. P. C. Políticas públicas de educação em turismo na América Latina: Um estudo comparado de Argentina, Brasil e México. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- RAMOS, A. Guerreiro. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro, FGV, 1981.
- REJOWSKI, M. *Turismo no percurso do tempo*. Editora Aleph: San Pablo, 2002.
- REJOWSKI, M. Produção científica em turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. *Revista Turismo em Análise* 21 (2), pp. 224-246, 2010.
- REN, C.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. Constructing tourism research. *Annals of Tourism Research*, v. 37 (4), pp. 885-904, 2010.
- SORENSEN, A. Backpacker ethnography. *Annals of Tourism Research*, v. 30, n. 4, 2003.
- TRIBE, J. The Truth About Tourism, *Annals of Tourism Research*, vol. 33, nº2 pp. 360- 381, 2006.
- TRIBE, J. Critical Tourism: Ruls and resistance. In: ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. *The critical turn in Tourism studies*. Oxford: Elsevier, 2007.
- TRIBE, J. Tourism: a critical business. *Journal of Travel Research*, V. 46 (3), pp. 245-255, 2008.
- TRIBE, J. Tribes, territories and networks in the tourism academy. *Annals of Tourism Research*. vol. 37, n. 1, p. 7-33, 2010.
- URRY, J. *O olhar do turista*. Studio Nobel, 1996.
- WAHAB, S. E. *Tourism management: an introduction to the scientific study of tourism*. Londres: Tourism Internat. Press, 1975.
- WILLIAMS, A.; SHAW, G. Tourism and Developpement Introduction. pp. 1-11. In: WILLIAMS, A.; SHAW, G. (Eds.). *Tourism and Economic Development*. London, Belhaven Press, 1988.
- YOUNG, G. *Tourism: blessing or blight?* London/Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 21 de Julho de 2017; aceito em 30 de Agosto de 2017; publicado online 31 de Outubro de 2017.

Received on July 21, 2017; accepted on August 30, 2017, published online on October 31, 2017.

Texto original/ Original paper. Seção revisada por pares / Double bind review section.